

C — Estatísticas judiciais do Tribunal de Primeira Instância

Actividade geral do Tribunal de Primeira Instância

1. Processos entrados, findos, pendentes (2004-2008)

Processos entrados

2. Tipos de processos (2004-2008)
3. Tipos de acções e recursos (2004-2008)
4. Objecto dos processos (2004-2008)

Processos findos

5. Tipos de processos (2004-2008)
6. Objecto dos processos (2008)
7. Objecto dos processos (2004-2008) (acórdãos e despachos)
8. Formação de julgamento (2004-2008)
9. Duração dos processos em meses (2004-2008) (acórdãos e despachos)

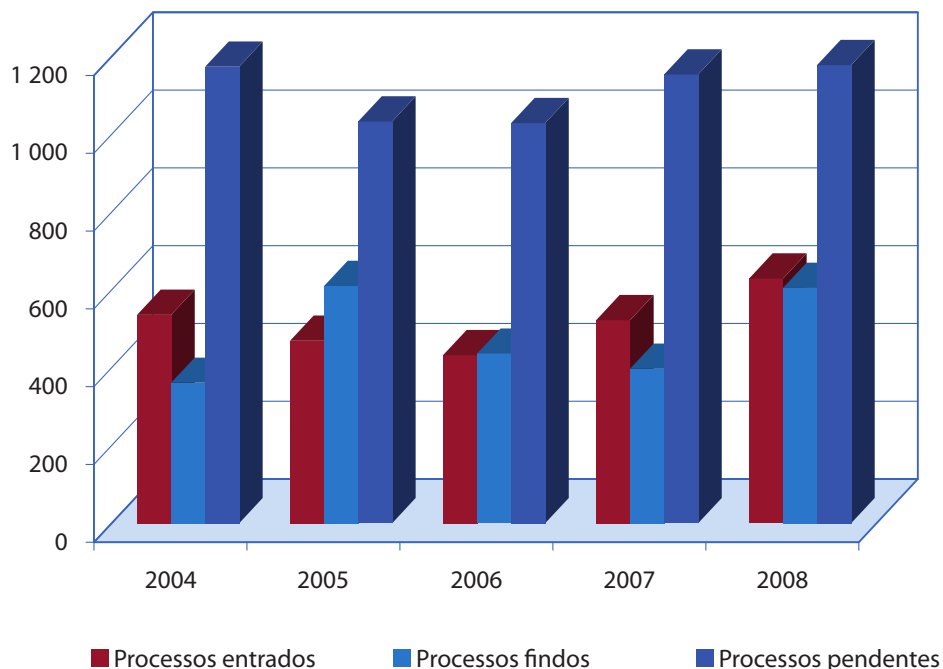
Processos pendentes em 31 de Dezembro

10. Tipos de processos (2004-2008)
11. Objecto dos processos (2004-2008)
12. Formação de julgamento (2004-2008)

Diversos

13. Processos de medidas provisórias (2004-2008)
14. Tramitação acelerada (2004-2008)
15. Decisões do Tribunal de Primeira Instância que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça (1989-2008)
16. Repartição dos recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância (por tipos de processos) (2004-2008)
17. Resultados dos recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância (2008) (acórdãos e despachos)
18. Resultados dos recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância (2004-2008)
19. Evolução geral (1989-2008) (processos entrados, findos, pendentes)

1. *Actividade geral do Tribunal de Primeira Instância* — Processos entrados, findos, pendentes (2004-2008) ⁽¹⁾

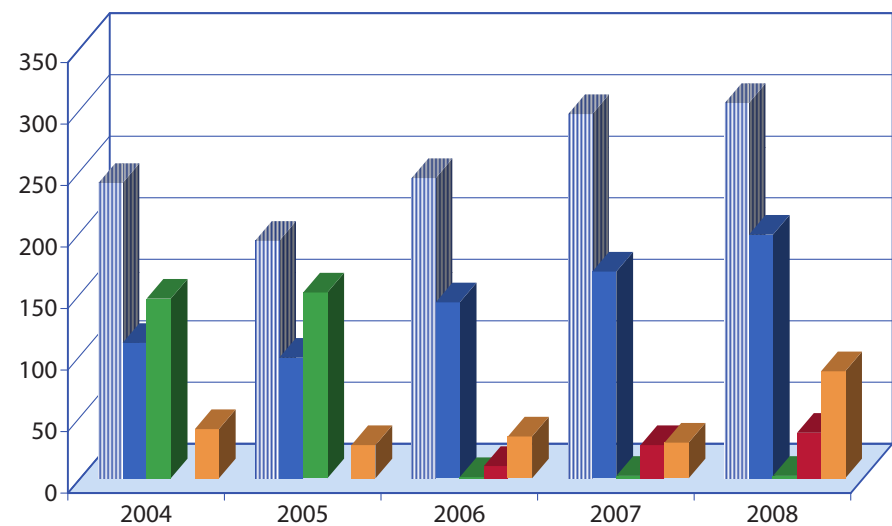


	2004	2005	2006	2007	2008
Processos entrados	536	469	432	522	629
Processos findos	361	610	436	397	605
Processos pendentes	1174	1033	1029	1154	1 178

(1) Salvo indicação em contrário, o presente quadro e os quadros das páginas seguintes têm em conta os processos especiais.

São considerados «processos especiais»: a oposição a um acórdão (artigo 41.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 122.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância); a oposição de terceiros (artigo 42.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 123.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância); a revisão de um acórdão (artigo 44.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 125.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância); a interpretação de um acórdão (artigo 43.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 129.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância); a fixação das despesas (artigo 92.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância); o apoio judiciário (artigo 94.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância) e a rectificação de um acórdão (artigo 84.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Primeira Instância).

2. Processos entrados — Natureza dos processos (2004-2008)⁽¹⁾



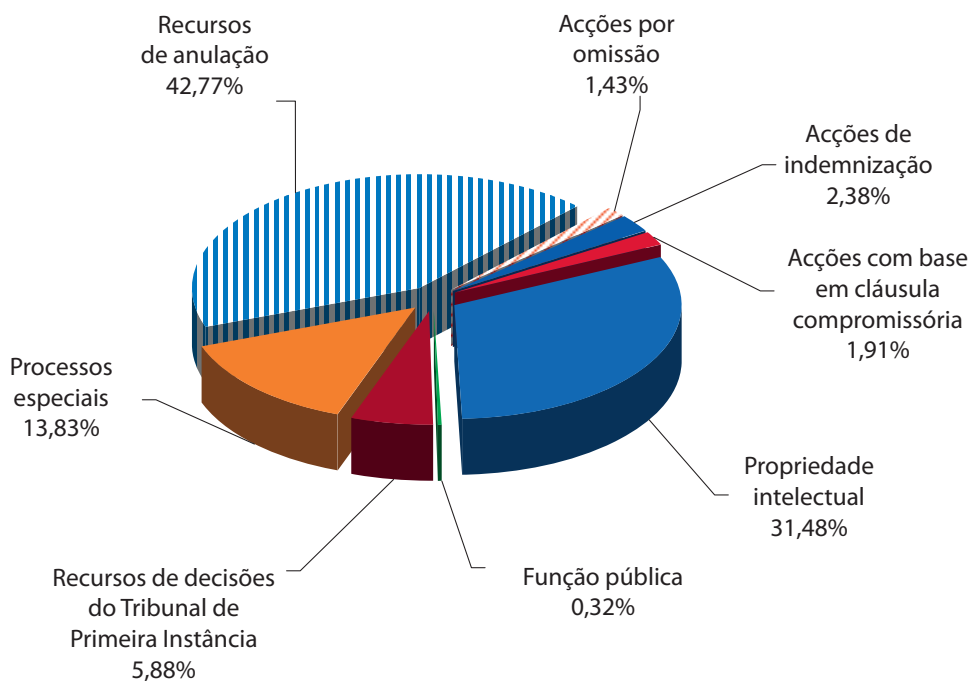
▤ Outras ações e recursos ■ Propriedade intelectual ■ Função pública
■ Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância ■ Processos especiais

	2004	2005	2006	2007	2008
Outras ações e recursos	240	193	244	296	305
Propriedade intelectual	110	98	143	168	198
Função pública	146	151	1	2	2
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância			10	27	37
Processos especiais	40	27	34	29	87
Total	536	469	432	522	629

(¹) Neste quadro e nos quadros das páginas seguintes, a rubrica «outras ações e recursos» engloba todas as ações e recursos directos, com excepção das ações e recursos dos funcionários das Comunidades Europeias e no domínio da propriedade intelectual.

3. Processos entrados — Natureza da acção ou do recurso (2004-2008)

Repartição em 2008

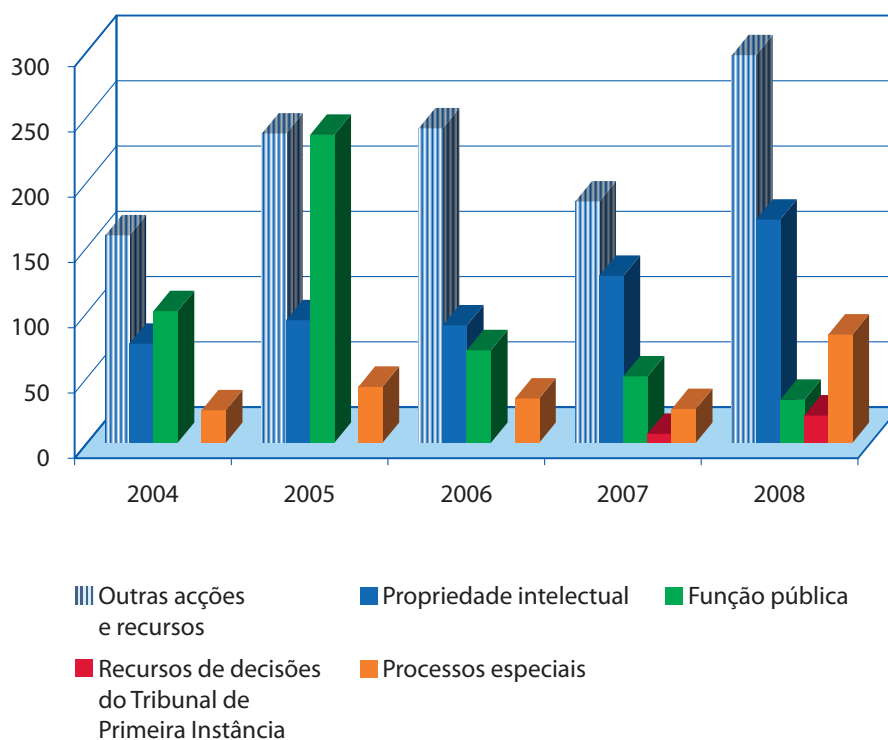


	2004	2005	2006	2007	2008
Recursos de anulação	199	160	223	249	269
Acções por omissão	15	9	4	12	9
Acções de indemnização	18	16	8	27	15
Acções com base em cláusula compromissória	8	8	9	8	12
Propriedade intelectual	110	98	143	168	198
Função pública	146	151	1	2	2
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância			10	27	37
Processos especiais	40	27	34	29	87
Total	536	469	432	522	629

4. Processos entrados — Matéria da acção ou do recurso (2004-2008)

	2004	2005	2006	2007	2008
Adesão de novos Estados	1				
Agricultura	25	21	18	34	14
Ambiente e consumidores	30	18	21	41	14
Aproximação das legislações	1			1	
Auxílios de Estado	46	25	28	37	55
Cláusula compromissória		2	3	1	12
Concorrência	36	40	81	62	71
Cultura			3	1	2
Direito das sociedades	6	12	11	10	30
Direito institucional	33	28	15	28	43
Energia			1		
Fiscalidade			1	2	
Investigação, informações, educação, estatísticas	6	9	5	10	1
Justiça e Assuntos Internos		1		3	3
Liberdade de estabelecimento	1				1
Livre circulação de mercadorias	1			1	1
Livre circulação de pessoas	1	2	4	4	1
Livre prestação de serviços			1		3
Orçamento das Comunidades				2	
Pauta aduaneira comum	1		2	1	
Política comercial	12	5	18	9	10
Política da pesca	3	2		5	23
Política económica e monetária		1	2		
Política Externa e de Segurança Comum	4		5	12	6
Política regional	10	12	16	18	7
Política social	5	9	3	5	3
Propriedade intelectual	110	98	145	168	198
Recursos próprios das Comunidades		2			
Relações externas	3	2	2	1	2
Transportes	3		1	4	1
União aduaneira	11	2		4	1
Total Tratado CE	349	291	386	464	502
Total Tratado CA					1
Total Tratado EA	1		1		
Estatuto dos Funcionários	146	151	11	29	39
Processos especiais	40	27	34	29	87
TOTAL GERAL	536	469	432	522	629

5. Processos findos — Natureza dos processos (2004-2008)



	2004	2005	2006	2007	2008
Outras acções e recursos	159	237	241	185	297
Propriedade intelectual	76	94	90	128	171
Função pública	101	236	71	51	33
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância				7	21
Processos especiais	25	43	34	26	83
Total	361	610	436	397	605

6. Processos findos — Matéria da acção ou do recurso (2008)

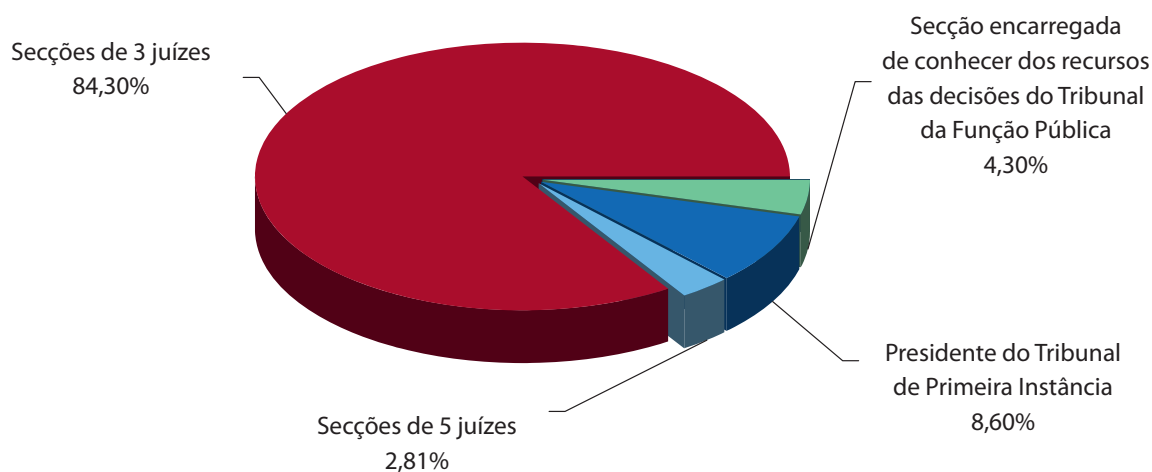
	Acórdãos	Despachos	Total
Agricultura	17	21	38
Ambiente e consumidores	1	27	28
Aproximação das legislações		1	1
Auxílios de Estado	23	14	37
Cláusula compromissória	1	2	3
Concorrência	14	17	31
Cultura	1	1	2
Direito das sociedades	10	14	24
Direito institucional	11	25	36
Fiscalidade		2	2
Investigação, informações, educação, estatísticas	3	7	10
Justiça e Assuntos Internos		1	1
Liberdade de estabelecimento		1	1
Livre circulação de mercadorias		2	2
Livre circulação de pessoas		2	2
Pauta aduaneira comum		3	3
Política comercial	6	6	12
Política da pesca	1	3	4
Política económica e monetária		1	1
Política Externa e de Segurança Comum	4	2	6
Política regional	7	35	42
Política social	3		3
Propriedade intelectual	121	50	171
Relações externas	1	1	2
Transportes		3	3
União aduaneira	2	1	3
Total Tratado CE	226	242	468
Estatuto dos Funcionários	33	21	54
Processos especiais		83	83
TOTAL GERAL	259	346	605

7. *Processos findos* — Matéria da acção ou do recurso (2004-2008) (acórdãos e despachos)

	2004	2005	2006	2007	2008
Adesão de novos Estados			1		
Agricultura	15	34	25	11	38
Ambiente e consumidores	4	19	19	15	28
Aproximação das legislações	3			1	1
Associação dos países e territórios ultramarinos		4	2		
Auxílios de Estado	54	53	54	36	37
Cláusula compromissória	2	1		1	3
Concorrência	26	35	42	38	31
Cultura					2
Direito das sociedades	2	6	6	6	24
Direito institucional	16	35	14	17	36
Energia			3	1	
Fiscalidade	1		1		2
Investigação, informações, educação, estatísticas		1	3	10	10
Justiça e Assuntos Internos		1		2	1
Liberdade de estabelecimento		1			1
Livre circulação de mercadorias	1	1			2
Livre circulação de pessoas	2	1	4	4	2
Livre prestação de serviços				1	
Orçamento das Comunidades				1	
Pauta aduaneira comum				1	3
Política comercial	1	7	13	4	12
Política da pesca	6	2	24	4	4
Política económica e monetária			1	1	1
Política Externa e de Segurança Comum	2	5	4	3	6
Política regional	4	4	7	6	42
Política social	4	6	5	3	3
Propriedade intelectual	76	94	91	129	171
Recursos próprios das Comunidades			2		
Relações externas	7	11	5	4	2
Transportes	1	1	2	1	3
União aduaneira	3	7	2	2	3
Total Tratado CE	230	329	330	302	468
Total Tratado CA	5	1	1	10	
Total Tratado EA		1		1	
Estatuto dos Funcionários	101	236	71	58	54
Processos especiais	25	43	34	26	83
TOTAL GERAL	361	610	436	397	605

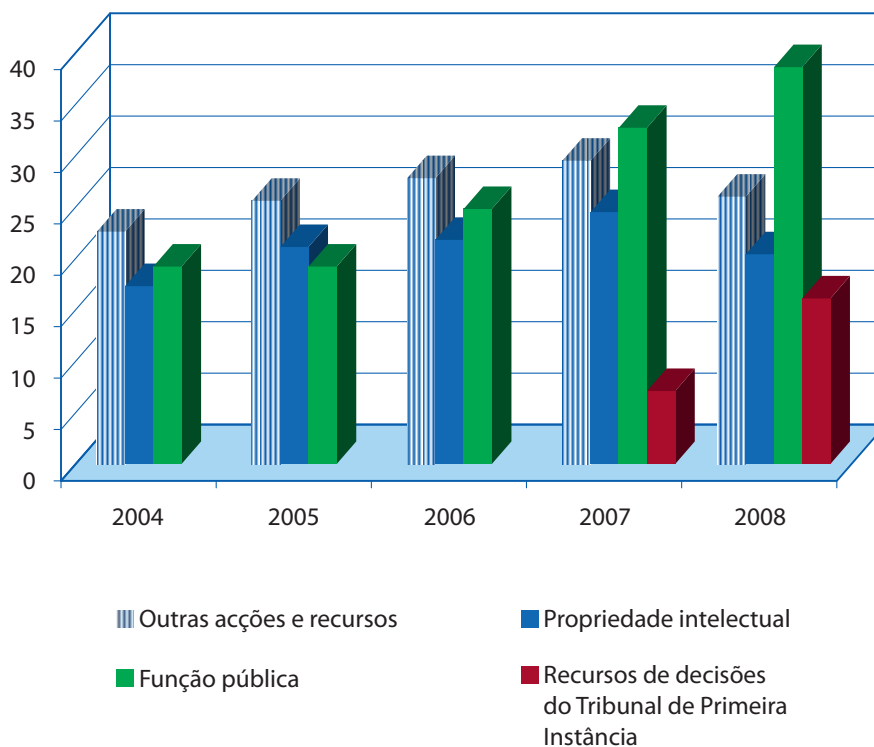
8. Processos findos — Formação de julgamento (2004-2008)

Repartição em 2008



	2004			2005			2006			2007			2008		
	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total
Grande Secção				6		6				2		2			
Secção encarregada de conhecer dos recursos das decisões do Tribunal da Função Pública										3	4	7	16	10	26
Presidente do Tribunal de Primeira Instância		7	7		25	25		19	19		16	16		52	52
Secções de 5 juízes	18	46	64	28	34	62	22	33	55	44	8	52	15	2	17
Secções de 3 juízes	141	135	276	181	329	510	198	157	355	196	122	318	228	282	510
Juiz singular	13	1	14	7		7	7		7	2		2			
Total	172	189	361	222	388	610	227	209	436	247	150	397	259	346	605

9. Processos findos — Duração dos processos em meses (2004-2008)⁽¹⁾ (acórdãos e despachos)

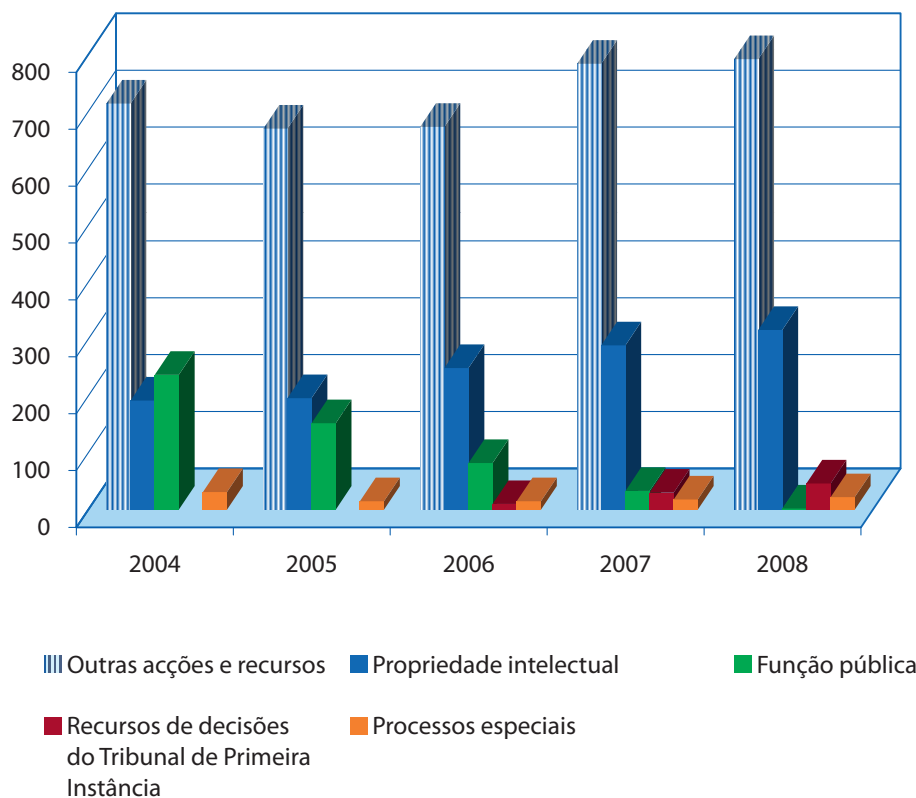


	2004	2005	2006	2007	2008
Outras acções e recursos	22,6	25,6	27,8	29,5	26,0
Propriedade intelectual	17,3	21,1	21,8	24,5	20,4
Função pública	19,2	19,2	24,8	32,7	38,6
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância				7,1	16,1

(1) O cálculo da duração média dos processos não tem em conta: os processos decididos por acórdão interlocutório; os processos especiais; os processos remetidos pelo Tribunal de Justiça após a alteração da repartição de competências entre o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Primeira Instância; os processos remetidos pelo Tribunal de Primeira Instância após a entrada em funções do Tribunal da Função Pública.

As durações dos processos são expressas em meses e em décimos de mês.

10. Processos pendentes em 31 de Dezembro — Natureza dos processos (2004-2008)



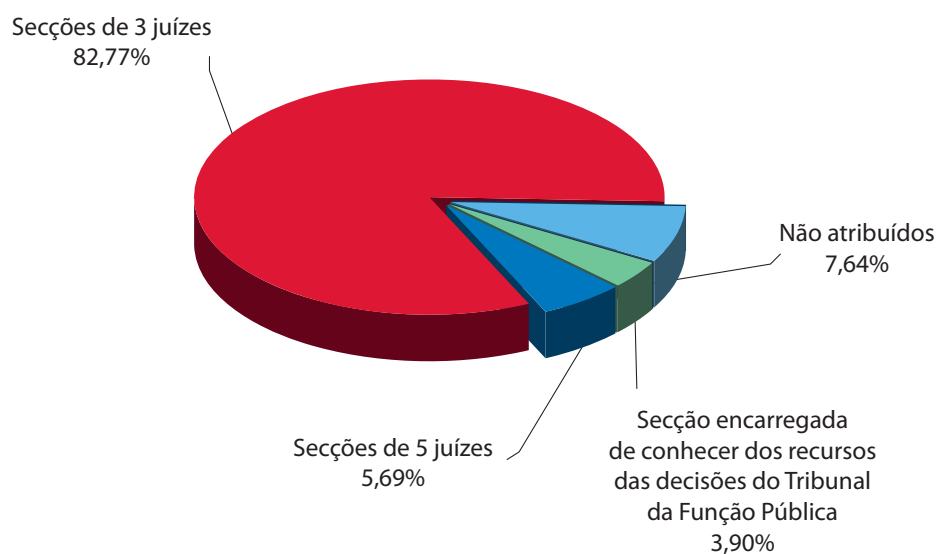
	2004	2005	2006	2007	2008
Outras ações e recursos	714	670	673	784	792
Propriedade intelectual	192	196	249	289	316
Função pública	237	152	82	33	2
Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância			10	30	46
Processos especiais	31	15	15	18	22
Total	1174	1033	1029	1154	1178

11. Processos pendentes em 31 de Dezembro — Matéria da acção ou do recurso (2004-2008)

	2004	2005	2006	2007	2008
Adesão de novos Estados	1	1			
Agricultura	95	82	74	97	73
Ambiente e consumidores	44	43	44	70	56
Aproximação das legislações	1	1	1	1	
Associação dos países e territórios ultramarinos	6	2			
Auxílios de Estado	218	190	164	165	184
Cláusula compromissória		1	3	3	12
Concorrência	129	134	173	197	236
Cultura			3	4	4
Direito das sociedades	10	16	23	27	33
Direito institucional	49	42	43	54	61
Energia	4	4	2	1	1
Fiscalidade				2	
Investigação, informações, educação, estatísticas	8	16	18	18	9
Justiça e Assuntos Internos				1	3
Liberdade de estabelecimento	1				
Livre circulação de mercadorias	1			1	
Livre circulação de pessoas	1	2	3	3	2
Livre prestação de serviços			1		3
Orçamento das Comunidades				1	1
Pauta aduaneira comum	1	1	3	3	
Política comercial	25	23	28	33	31
Política da pesca	28	28	4	5	24
Política económica e monetária		1	2	1	
Política Externa e de Segurança Comum	13	8	9	18	18
Política regional	19	27	36	48	13
Política social	6	9	7	9	9
Propriedade intelectual	193	197	251	290	317
Recursos próprios das Comunidades		2			
Relações externas	18	9	6	3	3
Transportes	3	2	1	4	2
União aduaneira	18	13	11	13	11
Total Tratado CE	892	854	910	1072	1106
Total Tratado CA	12	11	10		1
Total Tratado EA	2	1	2	1	1
Estatuto dos Funcionários	237	152	92	63	48
Processos especiais	31	15	15	18	22
TOTAL GERAL	1174	1033	1029	1154	1178

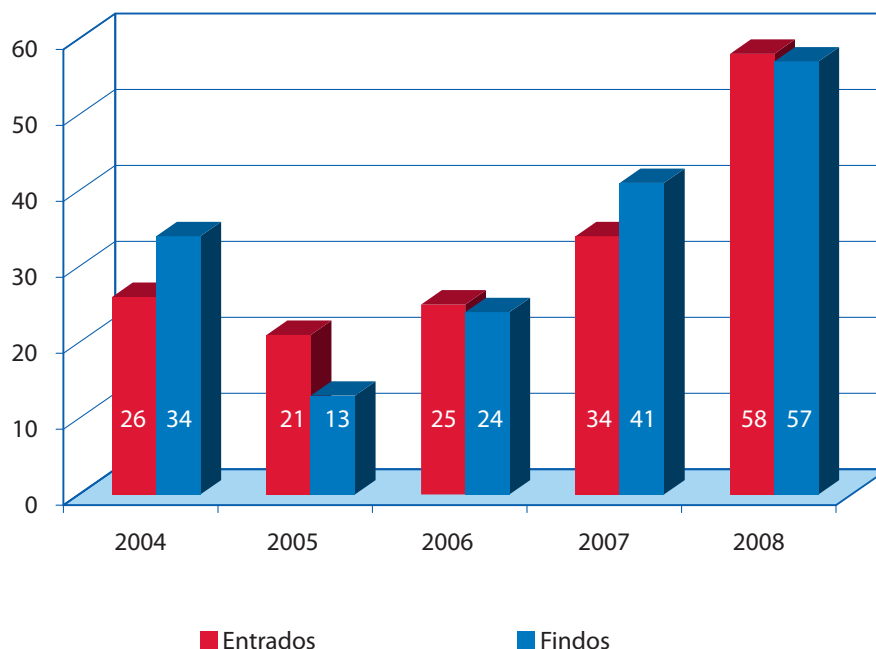
12. Processos pendentes em 31 de Dezembro — Formação de julgamento (2004-2008)

Repartição em 2008



	2004	2005	2006	2007	2008
Grande Secção	6	1	2		
Secção encarregada de conhecer dos recursos das decisões do Tribunal da Função Pública			10	30	46
Presidente do Tribunal de Primeira Instância			1		
Secções de 5 juízes	187	146	117	75	67
Secções de 3 juízes	914	846	825	971	975
Juiz singular	1	4	2		
Não atribuídos	66	36	72	78	90
Total	1174	1033	1029	1154	1178

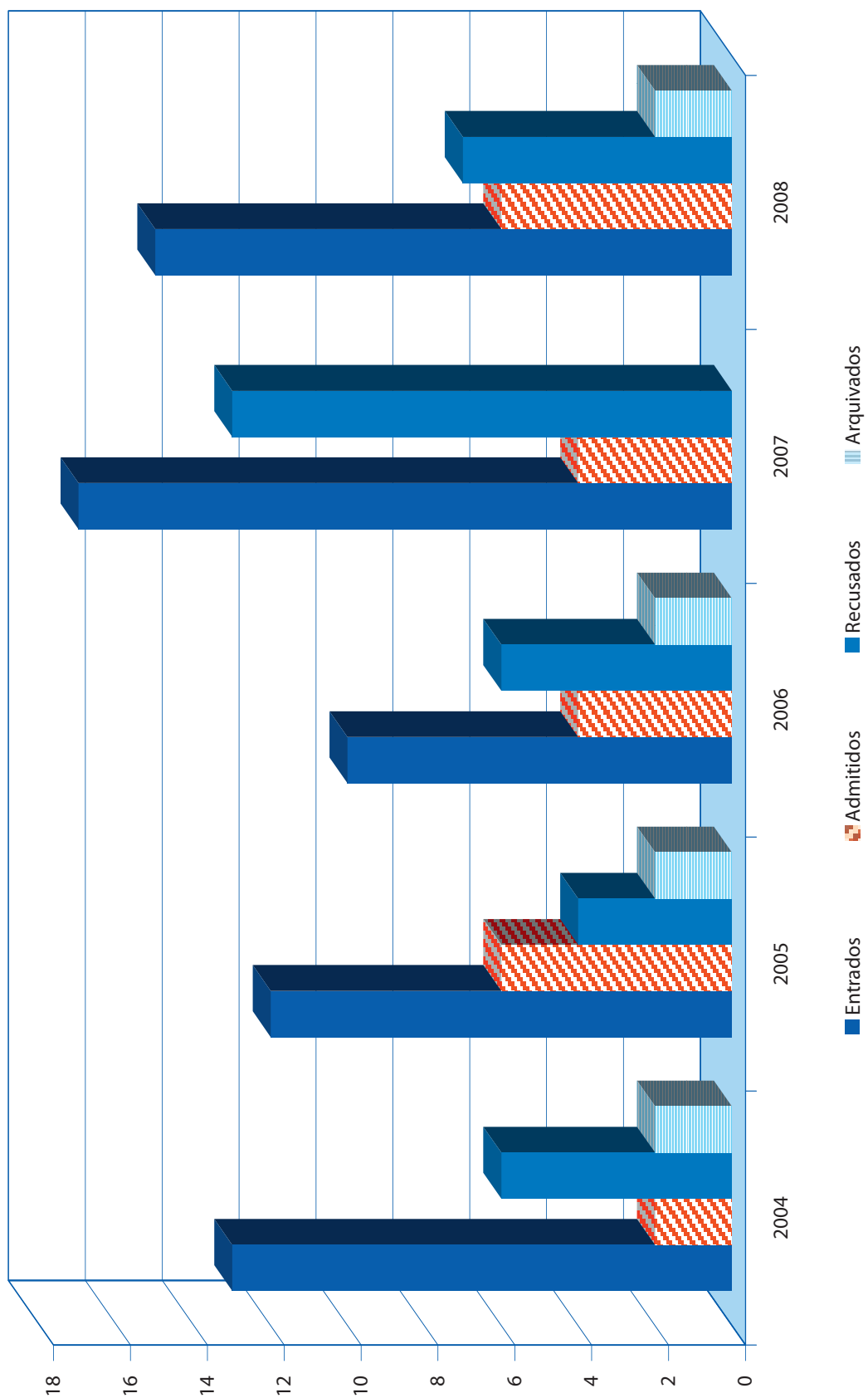
13. Diversos — Processos de medidas provisórias (2004-2008)



Repartição em 2008

	Processos de medidas provisórias entrados	Processos de medidas provisórias findos	Sentido da decisão		
			Indeferimento	Provimento	Cancelamento/ /Não conhecimento do mérito
Agricultura	1	1		1	
Auxílios de Estado	22	22	6		16
Concorrência	13	10	10		
Direito das sociedades	13	12	12		
Direito institucional	1	2	1		1
Ambiente e consumidores	1	2	2		
Política da pesca	1	1			1
Política Externa e de Segurança Comum	3	3	3		
Política social	2	2	2		
Propriedade intelectual		1	1		
Transportes	1	1	1		
Total Tratado CE	58	57	38	1	18
TOTAL GERAL	58	57	38	1	18

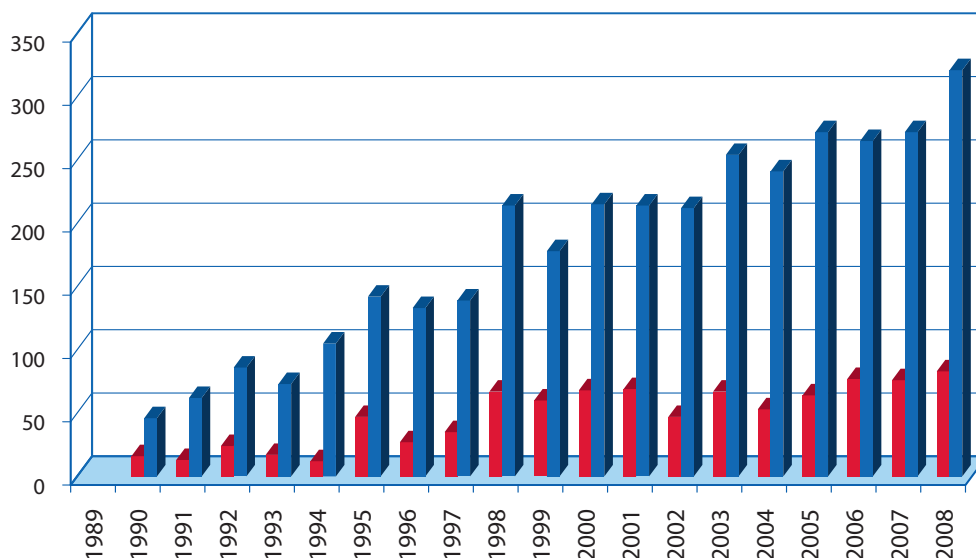
14. Diversos — Tramitação acelerada (2004-2008)



	2004			2005			2006			2007			2008							
	Sentido da decisão			Sentido da decisão			Sentido da decisão			Sentido da decisão			Sentido da decisão							
	Entrados	Admitidos	Recusados	Arquivados	Admitidos	Recusados	Arquivados	Admitidos	Recusados	Arquivados	Admitidos	Recusados	Arquivados	Admitidos	Recusados	Arquivados				
Agricultura				2			2	1	3			1								
Auxílios de Estado							1			1		2			1					
Cláusula compromissória																1				
Concorrência	3			2	3	2	4	2	2	1	1	1	1	1	1					
Direito das sociedades	4	1	2	3	2	1	1			1		1		3	1	3				
Direito institucional	1	2		1	1					1		1		3	2	1				
Ambiente e consumidores	1	1		2	1		3	1	1	7	1	7								
Livre circulação de pessoas	1																			
Política comercial										2	1			1						
Política da pesca	1	1																		
Política Externa e de Segurança Comum										3	2	1	4	4						
Investigação, informações, educação, estatísticas										1	1									
Recursos próprios das Comunidades				2								2								
Estatuto dos Funcionários	1	1												1						
Transportes	1																			
Total	13	2	6	2	12	6	4	2	10	4	6	2	17	4	13	0	15	6	7	2

O Tribunal de Primeira Instância pode decidir que um processo seguirá a tramitação acelerada com base no artigo 76.º-A do Regulamento de Processo. Esta disposição é aplicável desde 1 de Fevereiro de 2001. Incluem-se na categoria «arquivados» os seguintes casos: desistência do pedido, desistência da instância e casos em que o processo é decidido por despacho antes de o Tribunal se ter pronunciado sobre o pedido de tramitação acelerada.

15. Diversos — Decisões do Tribunal de Primeira Instância que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça (1989-2008)



■ Número de decisões que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça

■ Total das decisões recorríveis⁽¹⁾

	Número de decisões que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça	Total das decisões recorríveis ⁽¹⁾	Percentagem de decisões que foram objecto de recurso para o Tribunal de Justiça
1989			
1990	16	46	35%
1991	13	62	21%
1992	24	86	28%
1993	17	73	23%
1994	12	105	11%
1995	47	142	33%
1996	27	133	20%
1997	35	139	25%
1998	67	214	31%
1999	60	178	34%
2000	68	215	32%
2001	69	214	32%
2002	47	212	22%
2003	67	254	26%
2004	53	241	22%
2005	64	272	24%
2006	77	265	29%
2007	76	272	28%
2008	83	321	26%

(¹) Total das decisões recorríveis (acórdãos e despachos de inadmissibilidade, de medidas provisórias, de não conhecimento do mérito e de indeferimento do pedido de intervenção) transitadas em julgado ou das quais foi interposto recurso.

16. Diversos — Repartição dos recursos consoante a natureza do processo (1989-2008)

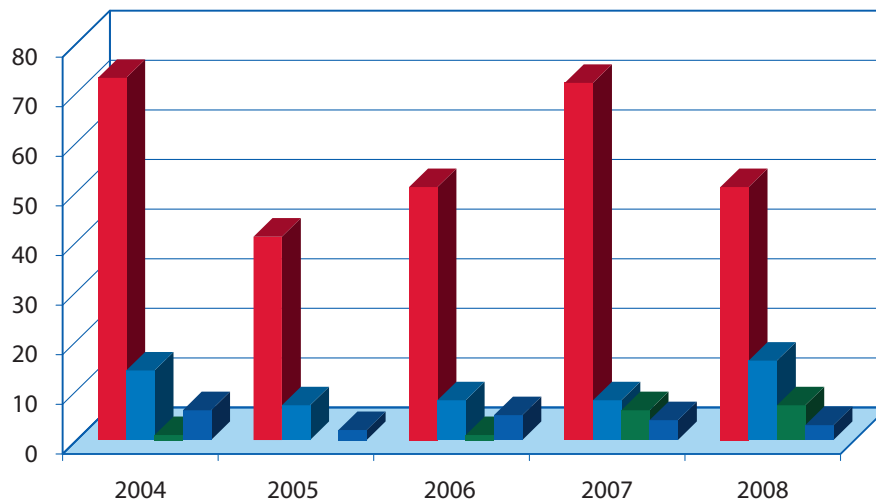
	2004			2005			2006			2007			2008		
	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	Decisões recorriveis	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em %	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	Decisões recorriveis	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em %	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	Decisões recorriveis	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em %	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	Decisões recorriveis	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em %	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	Decisões recorriveis	Recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em %
Outras acções e recursos	41	114	36%	37	120	31%	46	146	32%	52	163	32%	51	190	27%
Propriedade intelectual	7	45	16%	16	71	23%	18	59	31%	14	63	22%	23	100	23%
Função pública	5	82	6%	11	81	14%	13	60	22%	10	46	22%	9	31	29%
Total	53	241	22%	64	272	24%	77	265	29%	76	272	28%	83	321	26%

17. *Diversos* — Resultados dos recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância (2008)

(acórdãos e despachos)

	Rejeição de recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	Anulação total ou parcial sem remessa ao Tribunal de Primeira Instância	Anulação total ou parcial com remessa ao Tribunal de Primeira Instância	Cancelamento/Não conhecimento do mérito	Total
Agricultura	1	1			2
Ambiente e consumidores	4	1		1	6
Auxílios de Estado	5	2	5		12
Concorrência	4		1		5
Direito institucional	7	2	1		10
Estatuto dos Funcionários	8	2			10
Livre circulação de capitais		1			1
Livre circulação de pessoas	1				1
Pauta aduaneira comum	1				1
Política da pesca		3			3
Política económica e monetária	1				1
Política Externa e de Segurança Comum		1			1
Política regional	1				1
Propriedade intelectual	13	2		2	17
Relações externas	4				4
União aduaneira	1	1			2
Total	51	16	7	3	77

18. *Diversos* — Resultados dos recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância (2004-2008) (acórdãos e despachos)



■ Rejeição de recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância

■ Anulação total ou parcial sem remessa ao Tribunal de Primeira Instância

■ Anulação total ou parcial com remessa ao Tribunal de Primeira Instância

■ Cancelamento/Não conhecimento do mérito

	2004	2005	2006	2007	2008
Rejeição de recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância	73	41	51	72	51
Anulação total ou parcial sem remessa ao Tribunal de Primeira Instância	14	7	8	8	16
Anulação total ou parcial com remessa ao Tribunal de Primeira Instância	1		1	6	7
Cancelamento/Não conhecimento do mérito	6	2	5	4	3
Total	94	50	65	90	77

19. Diversos — Evolução geral (1989-2008)

Processos entrados, findos, pendentes

	Processos entrados ⁽¹⁾	Processos findos ⁽²⁾	Processos pendentes em 31 de Dezembro
1989	169	1	168
1990	59	82	145
1991	95	67	173
1992	123	125	171
1993	596	106	661
1994	409	442	628
1995	253	265	616
1996	229	186	659
1997	644	186	1117
1998	238	348	1007
1999	384	659	732
2000	398	343	787
2001	345	340	792
2002	411	331	872
2003	466	339	999
2004	536	361	1174
2005	469	610	1033
2006	432	436	1029
2007	522	397	1154
2008	629	605	1178
Total	7407	6229	

(¹) 1989: 153 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça para o recém criado Tribunal de Primeira Instância.

1993: 451 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido ao primeiro alargamento de competências do Tribunal de Primeira Instância.

1994: 14 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido ao segundo alargamento de competências do Tribunal de Primeira Instância.

2004-2005: 25 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça devido ao terceiro alargamento de competências do Tribunal de Primeira Instância.

(²) 2005-2006: 118 processos remetidos pelo Tribunal de Primeira Instância para o recém criado Tribunal da Função Pública.